



Da Carta de Princípios (1979) à Carta ao povo brasileiro (2002): variações *ethicas*¹ do Partido dos Trabalhadores

From the Charter of Principles (1979) to the Letter Addressed to Brazilian People (2002): ethical variations of the Worker's Party

Melliandro Mendes Galinari

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais / Brasil
melliandro@yahoo.it

Luciana de Souza Pereira

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais / Brasil
pereira.s.luciana@gmail.com

Resumo: O Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, tem sido estudado por diversos historiadores e cientistas sociais, além de ser avaliado constantemente pelas mídias e pelo senso comum quanto a mudanças de postura político-discursivas ao longo de sua existência. Neste artigo, temos como objetivo analisar o *ethos* institucional do PT em dois momentos históricos distintos, a saber, no momento precedente à sua fundação (1979), a partir da chamada *Carta de Princípios*, e no ano eleitoral em que obteve a vitória para a Presidência da República (2002), com base na *Carta ao Povo Brasileiro*. Com isso, pretende-se apontar como foram construídas, retoricamente, as diferentes imagens do partido nesses dois documentos, estabelecendo um contraste linguístico-discursivo panorâmico. Inicialmente, o artigo situa o surgimento do PT no contexto brasileiro e seu percurso até chegar à Presidência da República. Em seguida,

¹ Vale ressaltar, desde já, que a palavra “*ethica*”, grafada com “h”, é uma derivação proposital da palavra grega “*ethos*”, não devendo, assim, ser confundida com o vocábulo “ética”, tal e qual entendido no senso comum, ou seja, como traço de “boa moral” ou “honestidade”. As variações *ethicas* do Partido dos Trabalhadores, nesse sentido, dizem respeito tão somente às “imagens de si” decorrentes de seus discursos, sejam elas quais forem, sem que com isso haja uma atribuição de avaliações positivas ou negativas.

no sentido de contextualizar as suas históricas mudanças, são trazidos apontamentos de cientistas políticos e historiadores, com o intuito de apresentar, por amostragem, pontos de vista controversos sobre as metamorfoses do PT. Enfim, o trabalho se atém à análise propriamente dita das cartas mencionadas, no sentido de apreender como o *ethos* é construído enquanto dimensão retórica. A conclusão mostra, dentre outras coisas, que, na Carta de 1979, constrói-se um partido de feição radicalmente classista, posicionando-se ao lado das massas exploradas contra as elites dominantes. Na Carta de 2002, por sua vez, tal conflito é silenciado, sobressaindo-se um *ethos* de caráter nacionalista e conciliador.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores (PT); discurso Político; Análise do Discurso; *ethos*; Retórica.

Abstract: Since its foundation the Brazilian worker's party (PT) has been studied by several historians and social scientists. It has also been constantly probed by the media and common sense due to political-discursive changes of its posture. The purpose of his article is to analyse the institutional *ethos* of PT in two distinctive historical moments. Firstly, the moment before its foundation (1979), beginning with the so called *Charter of Principles*, and secondly, the election year when victory to the presidency of the republic was achieved (2002), based on the letter to the Brazilian people. Thus, it is intended to point in these two moments how the different images of the party were rhetorically constructed by establishing a linguistic-discursive panoramic contrast. Initially the article sets the party's origin in the Brazilian context and its course to the presidency of the republic. Hence, for contextualization of its historical changes, notes of political scientists and historians are brought up with the intention of presenting, by sampling, controversial points of view on the party metamorphoses. Ultimately, this paper is concerned to the analysis of the letters which have been mentioned with the intention of apprehending how the *ethos* is constructed as a rhetorical dimension. The conclusion shows, amongst other things, that in the 1979 letter a party radically classicist is built, it also posits itself next to the exploited mass against the dominant elite. In the 2002 letter, however, such conflict is silenced, highlighting a nationalist and conciliator *ethos*.

Keywords: Worker's Party (PT); political discourse; Discourse Analysis; *ethos*; Rhetoric.

Recebido em 02 de abril de 2018

Aprovado em 09 de setembro de 2018

1 Introdução

Este artigo pretende averiguar, a partir de uma análise discursiva, *como* se deu, retórica e linguisticamente, uma guinada identitária na imagem institucional (ou *ethos*) do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo-se como amostragem dois conhecidos documentos emitidos por essa instância política (em anexo): a *Carta de Princípios*, assinada pela Comissão Provisória no dia 1 de maio de 1979 (momento que antecedeu a fundação oficial da sigla, em 10 de fevereiro de 1980), e a *Carta ao Povo Brasileiro*, lançada à população em junho de 2002, em função das eleições presidenciais daquele ano, disputadas por Luís Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB), dentre outros. Para tanto, usaremos como parâmetro teórico de análise a noção de *ethos* desenvolvida nos âmbitos teóricos da Retórica e da Análise do Discurso, que pressupõe, em termos gerais, que toda tomada de palavra, seja pelo conteúdo, seja pela forma da enunciação, implica (direta ou indiretamente) a construção de “imagens de si”. Buscaremos ressaltar, dessa forma, que o *ethos* pode ser apreendido não apenas em função de um orador/locutor individual, mas, também, em relação a uma instância institucional, como o PT e partidos políticos (ou instituições) em geral.

Em 1979, como se sabe, o Presidente Figueiredo enviou finalmente para o Congresso, em meio a pressões pela redemocratização do país, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Sancionada no final daquele ano, a Lei reestabelecia o pluripartidarismo no Brasil e, dessa forma, o bipartidarismo vigente no Regime Militar, representado pela ARENA (frente de apoio ao Regime autoritário) e pelo MDB (frente de oposição), foi extinto, dando voz e vez à estrutura partidária tal e qual conhecemos hoje.²

² A ARENA (Aliança Renovadora Nacional) se transformou no Partido Democrático Social (PDS), que, em função de dissidências, gerou o Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM). Mais adiante, o próprio PDS foi rebatizado algumas vezes até se tornar o Partido Progressista (PP), tal e qual conhecemos hoje. Foi nessa mesma dinâmica que outros partidos foram surgindo, como, por exemplo, o PSDB. Quanto ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), houve apenas o acréscimo do “p” de Partido, tornando-se conhecido, durante décadas, como PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Porém, poucos meses antes do fechamento deste artigo, no dia 19/12/2017, decidiu-se em convenção nacional da legenda que esta voltaria às origens, rebatizando-se como MDB, sua designação atual.

É nesse contexto que se pretende criar um partido novo: o Partido dos Trabalhadores (PT).³ De acordo com alguns documentos de fundação, teria sido a partir da desigualdade entre as classes sociais, da necessidade da classe explorada oferecer resistência e se defender, de forma organizada, da opressão e dos privilégios das classes dominantes e, ainda, da carência de oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária, que se solidificou fortemente a ideia de se instituir e construir um partido de base independente. Isso porque o MDB, partido que se opunha ao Regime Militar, já não cumpria, aos olhos da base idealizadora do PT, o papel de funcionar autenticamente como um instrumento de luta dos trabalhadores, em função de sua composição altamente heterogênea e contraditória, isto é, composta por setores empresariais e trabalhistas a um só tempo. Nessa direção, em 1º de maio de 1979, exatamente em um Dia do Trabalhador, foi tornada pública a *Carta de Princípios* do PT,⁴ no sentido de conduzir o movimento de consolidação e legalização do partido. Segundo o documento,

o MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de

³ Para exemplificar os movimentos que se articulavam e que viriam a contribuir para a origem do Partido dos Trabalhadores (PT), podemos falar da inquietação de eclesiais de esquerda da Igreja Católica quanto ao modelo autoritário e econômico vigente, acrescentando-se a liderança do Movimento Revolucionário Trotskista, extinto oficialmente pelo Regime Militar, e representações de grupos que participaram ativamente da luta contra o Regime como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, a Ação Libertadora Nacional/ALN, a Ação Popular Marxista-Leninista/AP-ML, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, o Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP.

⁴ A *Carta de Princípios* do Partido dos Trabalhadores faz parte dos Anexos deste artigo e foi extraída do sítio: <<https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>>. Último acesso em: 28 mar. 2018.

setores de nossas classes dominantes. Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. (Anexo I, linhas 121-133)

Buscando, portanto, uma “terceira via” representativa, isto é, fora da dicotomia ilusória entre ARENA e MDB, o Movimento Pró-PT aprovou, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion/SP, o lançamento oficial da legenda. Como sugere o *Manifesto de Criação*, o Partido dos Trabalhadores nasceria

da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la, (...) da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.⁵

Com essa pequena introdução, somada à própria leitura do Anexo I deste trabalho, podemos ter já uma ideia da vitalidade, da identidade e da energia dessa nova instituição: tratava-se de um partido de massas, que visava atuar não apenas nas disputas eleitorais, mas, também, no dia a dia dos trabalhadores, dentro de uma nítida concepção de luta de classes. No entanto, com o passar dos anos, mais claramente a partir da campanha presidencial de 2002, algumas contradições se apresentaram, acompanhadas de vivas críticas de vários setores da esquerda. A Coligação “Lula Presidente” (2002) teria sido composta, tempos depois da *Carta de Princípios*, justamente pelas mencionadas forças contraditórias, num gesto de alianças políticas até então bastante criticado pela práxis usual do partido.

Além do PT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – âmbitos tradicionais da esquerda –, a frente eleitoral encabeçada pela candidatura Lula, em 2002, foi incrementada pelo Partido Liberal (PL) – legenda do então candidato a vice, o megaempresário José Alencar –, pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), incluindo (ainda que extraoficialmente) o apoio de *outros* setores conservadores, como aqueles ligados à família de José Sarney (PMDB),

⁵ O *Manifesto de Criação* do Partido pode ser visto no sítio: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/manifestodelancamento.pdf>>. Último acesso em: 28 mar. 2018.

quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Progressista (PP). Interessantemente, na *Carta ao Povo Brasileiro*,⁶ de 2002 (Anexo II), um trecho é bastante representativo dessa polêmica estratégia política:

a crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos *dos mais variados matizes ideológicos* declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. *Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT* anunciam seu apoio. *Parcelas significativas do empresariado* vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma *vasta coalizão*, em muitos aspectos *suprapartidária*, que busca abrir novos horizontes para o país. (Anexo II, linhas 30-37) (itálicos nossos)

O fato é que, da Carta de 1979 à Carta de 2002, mudanças significativas no plano discursivo parecem ter acontecido, e muito se tem falado, durante essa trajetória, em reconstrução de imagens (ou *ethos*) do PT, o que vem dividindo as opiniões entre uma crítica visceral à legenda e, no sentido oposto, uma sofisticada justificativa política para corroborar essa guinada comportamental. Nessa perspectiva, cientistas políticos (e/ou historiadores) como Fausto (2012), Vianna (2006), Sader (2005), Reis (2007), Petit (2006) e Mattoso (2013), dentre outros, além de atores políticos diversos e movimentos sociais, têm apontado metamorfoses no discurso petista, com argumentos que indicam discrepâncias significativas no decorrer dos anos, ora pelo sabor das circunstâncias, ora pelas transformações da realidade brasileira.

A partir desse controverso dilema, e isentando-nos de fazer uma contextualização histórica mais pormenorizada do PT entre 1979 e 2002 (arco de tempo dos documentos em anexo), buscaremos resgatar, na sequência do artigo, algumas “vozes” que se debruçaram sobre o problema da mudança de postura *ethica* do PT. Com isso, temos como objetivo, concomitantemente, (i) atestar a relevância sócio-política da questão aqui abordada em escala nacional, (ii) fornecer um quadro contextual (por amostragem) de como o problema tem sido visto/avaliado e (iii) apresentar um parâmetro mínimo para as análises dos Anexos

⁶ A *Carta ao Povo Brasileiro* foi extraída do sítio: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>>. Último acesso em: 28 mar. 2018.

presentes na terceira parte do artigo, momento em que buscaremos apresentar a contribuição específica da Análise do Discurso e da Retórica para esse debate.

2 As Críticas da Metamorfose, as Metamorfoses da Crítica

Inicialmente, é comum observar que o PT teria passado, pouco a pouco, de “partido de militantes” a um “partido de funcionários”, à medida que foi conquistando pleitos oficiais, principalmente após a sua chegada à Presidência da República, em 2002: os que antes eram líderes de movimentos sociais, agora se tornam prefeitos, assessores ou deputados; os que antes alimentavam esses movimentos, agora se veem como articuladores da política profissional. Segundo Reis (2007, p. 16),

não se quer afirmar que estas metamorfoses tivessem se realizado de forma integral. Que características presentes na gênese do PT tivessem se dissolvido no ar. Mas é como se as novas referências [...] estivessem agora predominando, conferindo à dinâmica do Partido um rumo distinto, diferentes e imprevistos horizontes.

Petit (2006), por exemplo, nos fala dos encontros que Lula e seus assessores nutriram, após ocupar a Presidência da República – senão antes, como sugere a Carta de 2002 –, com representantes de setores da elite econômica, tais como empresários, banqueiros etc., no sentido de sinalizar que um Governo do PT se esforçaria para controlar a inflação, acalmar os mercados e/ou garantir espaços para representações políticas estranhas à sua própria história, construindo, assim, uma governabilidade de coalizão. Nessa perspectiva, alianças petistas foram vistas por pensadores como Fausto (2012) e Petit (2006) como “oportunistas”, tais como as alianças com o PMDB ou concessões políticas feitas às bancadas Evangélica e Ruralista nas casas legislativas. Tais acertos teriam impactado em medidas de cunho econômico que teriam conduzido o partido ao “centro” político (ou, até mesmo, à “direita”), como muitos sustentaram.

Isso nos levaria facilmente à percepção de que o PT teria modificado as teses que outrora eram defendidas, assim como o seu discurso. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, muitas das críticas não se abstiveram em admitir, sem alguma polêmica, os avanços dos governos Lula no plano da política social, a partir de programas como o Bolsa

Família e o Fome Zero (que, dentre outras coisas, retiraram milhões de pessoas da linha da pobreza), a expansão do crédito para as classes médias e mais necessitadas, a política de cotas, a construção de novas universidades etc. Ainda em um direcionamento crítico, Sader (2005) considera que o Partido dos Trabalhadores teria surgido como uma legenda forte de esquerda, mas que perdera essa força ao caminhar para o “centro”, mantendo a continuidade da política econômica neoliberal do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Petit (2006) nos lembra, voltando ao passado, que o PT, nas eleições de 1989, não obteve apoio significativo do empresariado brasileiro. No entanto, desde o início dos anos 1990, o partido teria iniciado uma modesta (porém contínua) aproximação com a classe empresarial do país. Dessa forma, na visão do cientista, as candidaturas do PT de 1994 já teriam sido custeadas pela metade por empresários e banqueiros.

De um ponto de vista um pouco diferente, Nobre (2013) afirma que, no momento em que o governo de Fernando Henrique se aliou ao PFL (hoje DEM), foi estabelecida uma corrente de forças em que, ao Partido dos Trabalhadores, só restariam duas alternativas diante de eleições futuras: permanecer na oposição indefinidamente ou caminhar em direção ao centro, à maneira do PMDB. Esse caminhar ao centro é um típico movimento do sistema político brasileiro e caracterizaria, assim, para o PT, uma estratégia nova e mais flexível de alianças após três derrotas sucessivas de Lula à presidência do Brasil (1989, 1994 e 1998). Nessa perspectiva, já haveria, no contexto das eleições presidenciais de 1994, uma sinalização de que o PT estaria prestes a tomar essa direção. Nas palavras do pesquisador,

se permanecesse em oposição inflexível, o PT estaria afastado do poder, fosse por um longo período, fosse indefinidamente, mas garantindo com isso a polarização necessária para manter a estrutura fundamental do novo sistema. Se, ao contrário, o PT fizesse o movimento em direção ao peemedebismo, também a continuidade do novo arranjo deveria estar de alguma maneira garantida, já que significaria a aceitação da lógica do Plano Real e seu novo padrão de desenvolvimento econômico subordinado para o país. (NOBRE, 2013, p. 54)

Podemos observar que este percurso de caminhar ao centro (ou à direita, como denunciaram os “mais radicais”) é tradicional na política brasileira. Mais do que isso, o conteúdo citado seria também

a base de algumas justificativas – desta vez enunciadas como positivas – da mudança de postura do PT: o partido precisaria chegar ao poder para realizar transformações sociais defendidas historicamente, ainda que parcialmente. Entretanto, na conjuntura brasileira, tal escalada não seria possível se o partido continuasse a insistir naquela imagem dura, inflexível e radical de sua fundação. Mesmo assim, Vianna (2006, p. 94) considera que, em 1998, a esquerda brasileira ainda se abstinha de consolidar alianças na direção do centro político. Chegando em 2002, “a esquerda busca o centro, seja em sua política de alianças, seja no discurso moderado”. Nessa linha de raciocínio, o autor aponta a importância da articulação do PT na conquista do pleito eleitoral de 2002, ao afirmar que o “movimento de ‘ida ao centro’ por parte do PT pôde credenciá-lo a estabelecer alianças com significativos setores dessa tradição republicana” (VIANNA 2006, p. 98).

Dessa maneira, e voltando às críticas, constantemente nos é dito que o PT teria entrado no pleito de 2002 para vencer a disputa a qualquer preço, não se importando com os novos rumos aos quais o partido se subordinaria. Reis (2007, p. 17) acrescenta, nesse sentido, que o

PT preparou-se *profissionalmente* para a campanha de 2002. Na condição de grande partido, que já era, arrecadou finanças consideráveis. Em seguida, moderou o discurso político, um processo que já vinha se desdobrando, desde a campanha de 1994, mas que alcançaria, em 2002, com a *Carta aos Brasileiros*, um novo patamar. Finalmente, articulou assessoria de marketing que viabilizaria a proposta do candidato através dos meios de comunicação, além de tratar do seu *visual*, despindo Lula de quaisquer vestígios que o pudessem assimilar a uma liderança radical. (itálicos do autor)

Dessa forma, estudiosos apontam o ano de 2002 como um marco na materialização das mudanças de direção do Partido dos Trabalhadores, tanto com a moderação de pautas de cunho mais radical de esquerda, quanto com a atuação de profissionais de *marketing* que puderam atuar na imagem e na própria campanha de um modo geral. Considerando as consequências da vitória de Lula, Iasi (2014a) visualiza a gestão do PT por outro ângulo, considerando que, quando o assunto era a questão social, o governo buscou proximidade com setores da grande “burguesia monopolista”. Para ele, nessa dinâmica, parte da burguesia teria “sequestrado” a representação da classe trabalhadora. Assim, a gestão

do PT teria ofuscado a importância da luta de classes, tão alimentada por ele em sua fundação e anos posteriores, priorizando uma administração mais preocupada com o capital. Para o autor, essas ações limitaram o governo do PT, que atalhou pelo caminho do “reformismo fraco”, em detrimento de um “reformismo forte”.

Dessa forma, para não romper com as exigências do mundo do capital, isto é, com os anseios da burguesia monopolista, o governo petista precisou contingenciar consideravelmente as demandas dos trabalhadores. Consequentemente, o PT, arquitetado tradicionalmente sob um viés socialista (ou de defesa dos direitos e interesses dos oprimidos), teria se transformado no articulador da burguesia monopolista no país. Iasi (2014b) afirma, desse modo, que, na gestão do PT, o Brasil teria finalmente transitado do *status* da dominação burguesa “sem hegemonia”, para o *status* de dominação burguesa “com hegemonia”. Nas palavras do pesquisador,

o preço da governabilidade e do aparente sucesso de governo é o desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. O que presenciamos aqui é, paradoxalmente, o fato que a experiência do PT se não levou à meta socialista suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil (IASI, 2014b, p. 17).

Isso pode ser explicado, também, em função de várias críticas que partidos políticos tidos como “mais à esquerda”, tais como o PCB, o PSTU ou o PSOL, por exemplo, fizeram à gestão petista após 2002: o partido teria investido no aumento de crédito e na solução dos impasses sociais mais pela via do consumismo desenfreado do que por reformas estruturais profundas (como as reformas política, agrária, urbana, previdenciária e tributária); mais pela via do ajuste do salário mínimo acima da inflação do que pelos caminhos de um salário mínimo tal e qual sugerido, por exemplo, pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).⁷ Nesse sentido, Safatle (2013)

⁷ No link a seguir se pode ver o valor do salário mínimo sugerido pelo DIEESE, baseado na cesta básica, desde 1994: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>.

avalia, de forma também crítica, que o governo do PT (2003-2010) demonstrou uma evidente incapacidade de gerenciar os impasses do presidencialismo de coalizão brasileiro. Para ele, é como se a

governabilidade justificasse a acomodação final da esquerda nacional a uma semidemocracia imobilista, de baixa participação popular direta e com eleições que só se ganha mobilizando, de maneira espúria, a força financeira com seus corruptores de sempre (SAFATLE, 2013, p. 14).

Por outro lado, Mattoso (2013) considera que o que houve foi um novo modelo de política que, de maneira sutil, deixava de priorizar a indústria e o crescimento econômico sob o viés das exportações; priorizava, um pouco diferentemente, a expansão do mercado interno, valorizando o papel do Estado, popularizando o crédito e ampliando as políticas sociais nos primeiros 10 anos em que esteve à frente do país. Dessa maneira, o governo buscava mostrar o reconhecimento geral de que as políticas sociais beneficiavam, além da inclusão social, a redução da desigualdade e da pobreza, favorecendo a economia e o crescimento do PIB. Nessa direção, o pesquisador faz a seguinte consideração, de cariz mais positivo:

na verdade, o evidente sucesso dos governos eleitos após 2002 não se deveu exclusivamente à esfera da economia ou do social, mas ao uso de políticas inovadoras capazes de articular o econômico e o social e potencializar o crescimento, a produtividade e a institucionalidade, gerando algo inexistente ao longo das duas décadas anteriores, o desenvolvimento... Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza, mais intensamente após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social e com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas. (MATTOSO, 2013, p.119-120)

Como se vê até aqui, estamos longe de um consenso sobre o problema, ou melhor, são complexas as críticas da mudança, assim como as mudanças da crítica. Sem entrar em maiores detalhes, esse pequeno panorama pôde nos dar uma ideia mínima da relevância da questão aqui abordada, assim como da densidade e/ou variedade de pontos de vista

(mais ou menos negativos ou positivos). O que podemos perceber com esses apontamentos é que a transformação do Partido dos Trabalhadores salta aos olhos daqueles que acompanham o percurso da legenda – ou seja, a mudança em si não é contestada –, embora essa transformação venha acompanhada de julgamentos distintos nos planos social e acadêmico.

Como se pode constatar, o problema é bastante complexo e não desprovido de emotividade, se observamos os julgamentos variados da metamorfose discursiva e comportamental do PT. Outro complicador é o que poderíamos entender por certos termos citados neste artigo, que dizem respeito a uma filosofia político-discursiva, tais como “direita”, “esquerda” e, até mesmo, “centro”. Nesse caso, Bobbio (1995) nos esclarece que a tão difundida dicotomia – direita e esquerda – foi considerada obsoleta por vários pensadores, após a queda do muro de Berlim. Não obstante, afirmar isso categoricamente seria algo temerário, uma vez que a díade se encontra no cerne do debate político contemporâneo, sendo reivindicada como bandeira por vários setores políticos e movimentos sociais. Dito de outra forma, os termos direita e esquerda são ainda largamente utilizados para fazer menção a diferenças no pensar e no agir políticos. O ponto complicador é que não se pode chegar a uma verdade definitiva ou essencial sobre o binômio, visto que “direita e esquerda não são conceitos absolutos mas historicamente relativos” (BOBBIO, 1995, p. 81). Citando Marco Revelli, o autor ainda arremata:

“Direita” e “esquerda” não são conceitos absolutos. São conceitos relativos. Não são conceitos substantivos ou ontológicos. Não são qualidades intrínsecas ao universo político. São lugares do “espaço político”. Representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política: “Não se é de direita ou de esquerda no mesmo sentido em que se diz que se é ‘comunista’, ‘liberal’, ou ‘católico’”. Em outros termos, direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre. (BOBBIO, 1995, p. 91-92)

Esse é um grande problema que também atravessa o nosso objeto de análise: enquanto muitos definem o PT da Carta de 2002 como uma instituição que caminhou para o centro (e até mesmo para a direita), seus partidários continuam reivindicando a etiqueta de partido de esquerda, não obstante mudanças significativas tenham ocorrido no discurso e no agir político da legenda, desde a Carta de 1979. Sendo assim, não cabe a este trabalho definir categoricamente o que seria “direita” ou “esquerda”,

pois se trata de noções históricas cambiantes. Prova disso é que são catalogadas várias tipologias de direita (“autoritária”, “conservadora”, “liberal” etc.) e “esquerda” (“reformista”, “revolucionária”, para ficar com dois exemplos). Com a ajuda de Bobbio, no entanto, poderíamos traçar linhas ou princípios gerais que poderiam, pelo menos, funcionar como um guia básico para a nossa reflexão, independentemente das flutuações históricas.

Nesse sentido, o autor, com base em outros tantos pensadores, nos informa que a direita possui ainda um apego sistemático à *tradição*, ou seja, às práticas tradicionais e conservadoras do fazer político, agarrando-se correntemente à manutenção da ordem e às hierarquias (ou desigualdades sociais). Isso implica obviamente dizer que as suas práticas efetivas no campo social caminhariam nessa direção, independentemente de qualquer discurso eleitoral. Já os valores da esquerda desembocariam na *emancipação* dos homens, principalmente dos mais explorados, no sentido de *libertar* os indivíduos das amarras impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc.

Essa diferenciação básica, apesar de problemática, parece estar na origem das críticas ao PT vistas acima, principalmente a partir de 2002. O seu vínculo ao campo da tradição estaria denunciado pela aliança ao empresariado (representada, como já visto, pelo vice de Lula, José Alencar), mas também pela apregoada continuidade da política econômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, passando pelas concessões a setores conservadores, como as bancadas evangélica e ruralista. Parece ser nesse sentido, curiosamente, até mesmo a avaliação positiva empreendida por Vianna (2006, p. 98), ao afirmar que o “movimento de ‘ida ao centro’ por parte do PT pôde credenciá-lo a estabelecer alianças com significativos setores dessa **tradição** republicana”. (grifo nosso)

No entanto, como foi afirmado, setores de diversos movimentos sociais (como o Movimento dos Sem Terra [não sem críticas pontuais]) e apoiadores do PT, ainda continuaram a considerá-lo, mesmo assim, como um partido “autenticamente” de esquerda, o que prova mais uma vez que os conceitos são cambiantes, e que não caberia a este trabalho encerrar (ou julgar) essa questão. Nesse caso, os critérios para se definir o seu estatuto legítimo de esquerda estariam no combate à pobreza e na amplitude das políticas sociais. Contornando essa questão, portanto, nosso objetivo a seguir será apenas mostrar, de forma panorâmica, o que uma leitura retórico-discursiva poderia acrescentar sobre o entendimento

das mudanças simbólicas do partido, a partir de nossos Anexos, até mesmo para contribuir para debates futuros.

3 O que dizem as cartas: o *ethos* do PT em perspectivas

Como se sabe, o *ethos* se define, retoricamente, como as “imagens de si” decorrentes de acontecimentos discursivos (AMOSSY, 2008, 2010). Como diria Maingueneau (2008), os textos (orais e escritos) atribuem, explicita ou implicitamente, um “tom” específico ou uma determinada “corporalidade” aos seus enunciadores, não apenas em função do conteúdo que escolhem/proferem, mas, também, em função de *como* eles enunciam, o que nos coloca diante de seleções linguísticas significativas do ponto de vista retórico. Por conta dos limites deste artigo, e por ser uma noção já bastante abordada em textos sobre a Retórica e a Análise do Discurso, não faremos uma explanação teórica mais ampla sobre a noção de *ethos*. Ao leitor não familiarizado com a questão, sugerimos a consulta dos textos de Galinari (2012), Maingueneau (2008) e Amossy (2008), com os quais este artigo se encontra em consonância. Sendo assim, a seguir, buscaremos mostrar, em termos bem gerais, as imagens partidárias produzidas pelas Cartas do PT de 1979 e 2002, respectivamente.⁸ Em termos linguísticos, buscaremos nos ancorar em mecanismos diversos presentes nos textos, mas, em um grau um pouco maior, nos chamados índices de modalização, direcionando-os para a construção do *ethos* com alguns esclarecimentos conceituais oportunos em notas de rodapé.⁹

⁸ Por serem textos relativamente extensos, não faremos uma análise minuciosa (linha a linha), mas apenas discutiremos alguns trechos que julgamos serem representativos do “conjunto de cada obra”. Nessa perspectiva, o artigo também não contém um investimento teórico denso sobre o *ethos* e demais categorias conceituais da linguística. Por um lado, por se tratarem de categorias já bastante conhecidas e, por outro, para que a análise de nosso objeto principal – o conteúdo dos Anexos – não fique prejudicada.

⁹ O fenômeno linguístico da “modalização” permite-nos realizar o caminho que vai do enunciado à enunciação. Trata-se, aqui, de uma série de elementos da língua que não se referem propriamente ao “que se diz”, ou seja, ao conteúdo asseverado pelas sentenças, mas ao “como se diz”. Para tanto, a linguagem possui “termos ou expressões modalizadoras” que nos ajudam a apreender, *no* discurso, as marcas linguísticas de sua instância produtora. Os índices linguísticos de modalização podem ser de várias ordens: a organização frástica (assertiva, interrogativa, imperativa, exclamativa), modos e tempos verbais, expressões adverbiais, predicados cristalizados com adjetivos (“é

3.1 A Carta de 1979 – Anexo I

No Anexo I, de 1º de maio de 1979, nota-se que a modalidade enunciativa¹⁰ predominante é composta por asserções em 3ª pessoa, intercaladas em alguns momentos com o uso do “nós” (linhas 55-62 e 144-151, sobretudo). O manejo dominante da 3ª pessoa promoveria, a nosso ver, um certo efeito de objetividade para o discurso, seja para se descrever o próprio PT (como se este estivesse “fora da enunciação”), seja para se construir uma análise crítica da conjuntura brasileira, tematizando pontos fulcrais como a própria sociedade, a exploração dos oprimidos pelas elites, os processos de luta dos trabalhadores ou os perfis políticos de partidos como o PTB e o MDB. Vejamos um trecho inicial:

a ideia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes. (Anexo I, linhas 1-6)

Além da tematização da nova ideia de formação de um partido “só” de trabalhadores (“organizados à parte”),¹¹ o fragmento é sintomático de um conteúdo – um “ele(s)” – que se encontra repisado durante toda a Carta, de alta relevância para a edificação do *ethos*. Trata-se da dicotomia

certo”, “é preciso”, “é necessário”), performativos (“eu ordeno”, “eu prometo”, “eu te proíbo”), verbos auxiliares (poder, dever, ter que/de, haver de, precisar de), verbos de atitude proposicional (“eu creio”, “eu sei”, “eu duvido”, “eu acho”), a entonação e demais marcadores prosódicos etc. Para maiores detalhes, ver Neves (2011), Paveau e Sarfati (2006) e Galinari (2018).

¹⁰ A partir de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002, p. 182-184), além de outros estudos variados em linguística, podemos dizer que as modalidades enunciativas referem-se ao manejo dos pronomes pessoais, de modo a mostrar um maior ou menor grau de subjetividade/objetividade no discurso. Nesse caso, a enunciação em 1ª pessoa produziria um efeito de subjetividade; a enunciação em 2ª pessoa, um efeito de interlocução; a enunciação em 3ª pessoa, um efeito de objetividade.

¹¹ Expressões adverbiais como “à parte” ou “só” fazem parte das modalidades epistêmicas, comentadas mais adiante neste artigo. Neste momento, o foco incide sobre a modalidade enunciativa em terceira pessoa, que permite ao texto tratar de referentes no mundo social e político.

retórica profunda, e de feições *classistas*, entre “os de baixo” e “os de cima” (linhas 111-113). Os primeiros, colocados sempre na dinâmica da “luta”, seriam os “explorados e oprimidos”, como se vê no fragmento acima. Esses objetos de referência encontram-se atualizados ao longo de todo o texto, designados por outras expressões retóricas: “o operariado e os setores proletarizados de nossa população” (linhas 13-14), “o povo brasileiro” (linha 63), as “massas trabalhadoras, exploradas e oprimidas” (linhas 113, 144, 192 e 233). Já “os de cima”, por seu turno, apresentados na citação anterior como as “classes dominantes”, atualizam-se também, no desenrolar do texto, a partir do uso de expressões também carregadas de sentido: “os patrões e o governo” (linha 27), os “partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas” (linhas 67-68) [como o PTB de Vargas e o MDB, com seu programa “pró-capitalista”], “os detentores do poder” (linha 91), as “elites privilegiadas” (linha 165), o “modelo econômico vigente” (linha 156) e os “setores do empresariado nacional” (linhas 198-199).

Dessa forma, o novo partido se funda radicalmente com um *ethos classista*, isto é, *engajado* na luta pelos trabalhadores e, além disso, *corajoso*, colocando-se de forma destemida à disposição dos mais necessitados para os embates necessários contra os famigerados patrões e os programas pró-capitalistas da burguesia dominante. Trata-se, assim, de um partido “só” de trabalhadores (organizados “à parte”), advérbios que modalizam um tom *convicto* quando combinado ao estilo assertivo em 3ª pessoa, assegurando categoricamente um *ethos* de “partido de massas”, expressão presente explicitamente na linha 192. Nessa toada, na continuidade do fragmento acima apresentado, o PT se mostra também *seguro* em relação àquilo que diz, isto é, sem deixar margens para dúvidas, descrevendo (após a linha 7) o processo emancipatório de combate dos trabalhadores contra o jugo servil da elite, incluindo as greves deflagradas, as tentativas de sabotagem do governo e dos patrões, o posicionamento de outros partidos, a situação do país etc. Podemos acrescentar que essa “análise de conjuntura”, descrita minuciosamente não apenas no início, mas também ao longo de toda a Carta de 1979, daria retoricamente ao PT e seus signatários ares de *expertise*, de conhecimento aprofundado da realidade brasileira, apontando tanto para um *ethos politizado*, quanto para a imagem (“quase técnica”, oriunda do vocabulário dos cientistas sociais) de um bom observador crítico de seu tempo e de sua história.

Em função do quadro político brasileiro, da opressão sofrida pelos mais necessitados, o novo partido é posto, como se vê também na citação anterior, como uma necessidade de sobrevivência da classe operária (“têm permanente necessidade de”), mostrando mais uma vez o grau acentuado de certeza e de convicção da instância oratória, engajamento que se repete a seguir:

é por isso que a ideia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores. (Anexo I, linhas 46-49)

Devemos entender a “irresistível popularidade” do PT justamente diante do quadro adverso para os mais pobres, quadro descrito em praticamente toda a Carta, o que, *necessariamente*, exige uma organização “à parte” da classe trabalhadora. Dessa forma, o *ethos* de “conhecimento aprofundado” da realidade brasileira (dos pobres) e de consciência política, assim como de firmeza e engajamento classista, teria despertado determinadas reações dos outros partidos que ostentariam “fachadas democráticas” (para usar uma expressão da linha 68), receosos do crescimento da nova sigla. As classes dominantes, portanto, cientes da organização partidária crescente dos trabalhadores, ou melhor, do próprio PT,

(...) se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. (Anexo I, linhas 50-55)

O trecho é bastante significativo, mais uma vez, do comportamento enunciativo (ou *ethos*) da nova instância partidária: mostra-nos uma arguta capacidade de análise conjuntural do país, perscrutando as dinâmicas sociais de ação e reação de forças políticas antagônicas. Uma postura firme de coragem e empenho se apresenta, assim, em forma de denúncia de propostas demagógicas vãs, incapazes de iludir a classe trabalhadora, o que corrobora um *ethos* de enunciador seguro, convicto e propenso

a transmitir confiança a quem o lê ou escuta. Além do “tom” assertivo em 3ª pessoa, com verbos semanticamente carregados no presente do indicativo, esse *ethos* é amplificado pelo uso de modalidades linguísticas epistêmicas,¹² tais como (na citação acima) a expressão adverbial “nem de longe”, “agora” (“chegou a vez de...” ou, ainda, fórmulas como “esse fato comprova que”, com as quais o enunciador mostra um grau acentuado de certeza/firmeza diante do conteúdo asseverado. Expressões ou advérbios já salientados como “só”, “à parte” e “têm permanente necessidade de” também atestam esse grau acentuado de certeza epistêmica, podendo assumir também um caráter deôntico de palavra de ordem, apontando mais uma vez para um *ethos* convicto/militante. Procedimentos semelhantes são adotados quando o assunto é o MDB, com o acréscimo das chamadas modalidades apreciativas¹³ (em itálico):

o MDB, por sua origem, por sua *ineficácia histórica*, pelo *caráter de sua direção*, por seu *programa pró-capitalista*, mas sobretudo por sua *composição social essencialmente contraditória*, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos

¹² As chamadas modalidades epistêmicas, com base em Neves (2011), se caracterizam como elementos linguísticos imbuídos de um valor modal referente à possibilidade e à necessidade, em termos da expressão do conhecimento e da crença, da certeza e da incerteza, do possível e do impossível. Uma série de advérbios ou expressões adverbiais as caracterizam (certamente, possivelmente, com certeza, quem sabe, talvez etc.), dando ao enunciador um caráter convicto ou duvidoso diante do conteúdo proposicional asseverado.

¹³ A partir de Paveau e Sarfati (2006), podemos afirmar que as modalidades apreciativas são caracterizadas por uma série variada de expressões, nomes/substantivos, adjetivos, advérbios (e até mesmo verbos) propícios a qualificar algo. Dito de outra forma, ao serem escolhidos ou combinados, tais elementos podem apreciar seres, objetos ou eventos, mostrando, de certa forma, a subjetividade do enunciador (ou o seu *ethos*) diante dos referentes construídos pelo discurso. Nesse sentido, é importante esclarecer que certas expressões já destacadas acima, produzidas em uma moldura enunciativa em terceira pessoa, como “os de baixo”, os “explorados e oprimidos” *versus* “os de cima”, as “classes dominantes”, as “elites privilegiadas” etc., são exemplos vivos de *modos* de apreciação específicos. Não podemos esquecer que as modalidades se interpenetram e só possuem sentido em um contexto, em que, por exemplo, o efeito de objetividade em terceira pessoa pode formar um quadro enunciativo propício para a emergência retórica de qualificadores de elementos no mundo.

interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes. *Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras*, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um *conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras*. (Anexo I, linhas 121-133) (Itálico nosso)

Aqui podemos encontrar, portanto, além dos indícios epistêmicos de acentuada convicção e militância (“jamais poderá ser”, “é muito mais que”), algo representativo do que acontece no documento como um todo: uma série de expressões nominais e adjetivas (em itálico) destinadas a *qualificar* fenômenos sociais da realidade brasileira – no caso, o MDB –, reforçando um *ethos* de conhecimento profundo (e crítico) do contexto político nacional, com feições de enfrentamento corajosamente classista. Passando adiante, essa seria a moldura *ethica* de uma série de *atos de fala* emparelhados sistematicamente da linha 156 até o final do documento, trecho também preenchido por diversos indícios de convicção epistêmica. Referimo-nos à repetição exaustiva, obstinada, de uma mesma estrutura sintática significativa, tendo como sujeito o “PT” (ou o “Partido dos Trabalhadores”) e uma predicação verbal asseverativa. A nosso ver, esse longo repisar sintático, presente do começo ao fim do trecho assinalado, seria capaz de somar às dimensões *ethicas* já vistas um caráter obstinado e incansável, o que poderia demonstrar, institucionalmente, tenacidade, firmeza e empenho pela própria forma da enunciação.

Sem entrar em maiores detalhes, pela extensão do trecho referido, basta atentarmo-nos para os seguintes fragmentos: o “PT” (sempre como sujeito) “denuncia” (linha 156), “defende” (linha 159), “entende” (linhas 162, 166 e 174), “proclama” (linhas 171, 177 e 184), “afirma” (linha 186 e 211), “se declara” (linha 190 e 230), “recusa-se” (linha 197), “define-se” (linhas 208 e 210), “(não) pretende” (linhas 207 e 227), “se constituirá” (linha 215), “respeitará” (linha 216) “irá promover” (linha 220) etc. Ressaltamos, aqui, o tom explícito de *promessa* dos últimos quatro verbos assinalados, a maior parte deles conjugada no futuro, o que assinala um *ethos* de engajamento e compromisso público, mas não apenas: outros atos de fala se interpenetram, sempre a partir da linha 156, num misto de

promessas, asserções/definições, declarações, proclamações, denúncias, recusas etc., mostrando-nos um partido assertivamente “sem patrões” (linha 195), predestinado a “acabar com a relação de exploração do homem pelo homem” (linha 205), além de solidário para com “as massas oprimidas do mundo” (linhas 232-233). Dito isso, cabe-nos ressaltar, ainda, um último aspecto do *ethos* também presente na Carta de 1979, em particular nos trechos enunciados na primeira pessoa do plural:

nós, *dirigentes sindicais*, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT. (Anexo I, linhas 55-62) (Itálico nosso)

A primeira pessoa do plural (“nós”) reforça mais claramente um *ethos* de enunciação coletiva, até mesmo pela assinatura no final do documento (“a Comissão Nacional Provisória”). No entanto, esse “nós” é bem delineado por um aposto singular: os “dirigentes sindicais”, o que confere à nascente instituição uma imagem não apenas classista, mas, sobretudo, de *sindicalistas*. Curiosamente, mesmo assim, tal instância busca produzir um efeito de modéstia e de posicionamento democrático/inclusivo: não reivindicam para si uma propriedade do partido, pois acreditam ser essa a tarefa dos próprios trabalhadores, postos como mais “capacitados” e “devotados” para conduzir o seu próprio combate. O PT se colocaria, assim, como uma instância aberta, inclusiva e democrática, sendo os dirigentes sindicais “insubstituíveis”, mas apenas na medida em que cumprem um papel de pontapé inicial para a fundação da legenda, devido à sua “autoridade moral e política” de defensores históricos da classe trabalhadora. Isso só viria corroborar, mais uma vez, o *ethos* classista e coletivo que vínhamos sublinhando para o partido, ainda não personificado simbolicamente na figura singular de um líder (como o próprio Lula, por exemplo). Como veremos a seguir, algo diverso acontece, em termos de *ethos*, na *Carta ao Povo Brasileiro*, de 2002.

3.2 A Carta de 2002 – Anexo II

Como se sabe, a Carta ao povo brasileiro, assinada por Luiz Inácio Lula da Silva, data de 22 de junho de 2002, momento precedente às eleições presidenciais daquele ano. No plano enunciativo, não notamos uma predominância quase exclusiva de asserções em 3ª pessoa (“ele”), como vimos no Anexo I. Tal modalidade enunciativa, embora significativa, convive agora com mais intensidade com o uso da 1ª pessoa do plural (“nós”) e, ainda, com a aparição emblemática da 1ª pessoa do singular (“eu”). Essa “mixagem” enunciativa do Anexo II já pode ser notada nas palavras iniciais, a partir das quais mostraremos como se dá a construção de referentes importantes e significativos para o *ethos* do PT nesse documento, em contraste com a Carta de 1979:

o Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, *o atual modelo* conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. (Anexo II, linhas 1-8) (Itálico nosso)

Sem perder de vista a pertença do texto a um ano eleitoral (2002), assim como a sua possibilidade de interferência no *ethos* institucional do PT (e não apenas do candidato Lula, que não é o nosso objeto específico), podemos observar que o referente central aqui talhado já não é mais composto pela mesma dicotomia encontrada anteriormente. A pujante antítese cunhada em 1979 entre “os de cima” e “os de baixo”, ou seja, entre as elites dominantes e as massas exploradas, encontra-se agora substituída por outra forma de polarização: o “atual modelo” (linhas 5, 14, 18, 26, 49, 61), representado pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o “novo modelo” (linha 54), aglutinado pela figura de Lula, ou melhor, pela “nossa candidatura” (linha 30).

A gestão do PSDB, também atualizada como “atual ciclo econômico e político” (linhas 3-4), “governo Fernando Henrique Cardoso” (linha 67) ou, simplesmente, como “atual governo” (linhas 88 e 123), é descrita de forma objetiva e crítica em diversas partes do

documento. O “atual modelo” é figurado, por exemplo, como uma enorme “decepção”, por frustrar esperanças e descumprir promessas (linhas 5-8); é posto como um modelo político esgotado e fracassado, tendo submetido o país ao risco iminente de uma “estagnação crônica” (linhas 13-19); foi incapaz de tomar as necessárias medidas (“corajosas e cuidadosas”) para a mudança que a sociedade desejava (linhas 24-26); nesse sentido, é posto também como responsável pela crise econômica, financeira e social pela qual o país atravessava, por não tomar as providências pertinentes diante das turbulências do mercado (linhas 60-62; 68-70; 88-92).

De forma semelhante ao Anexo I, notamos no PT, a partir da assinatura de Lula, um *ethos* firme de partido crítico, combativo e engajado num projeto político para o país, dada a riqueza de modalidades apreciativas presentes nos trechos assinalados acima. Encena-se com tudo isso, mais uma vez, uma imagem enunciativa de conhecedor profundo, tanto da realidade brasileira, quanto de seus adversários. Mas o que chama a atenção, nessa dinâmica, é o desaparecimento do *ethos* classista de outrora. Ou seja: o combate se dá, agora, entre modelos de gestão (“atual modelo” x “novo modelo”), e não mais entre classes sociais que deveriam organizar-se “à parte” (“os de cima” x “os de baixo”). Isso fica ainda mais claro em trechos como os seguintes:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar (Anexo II, linha 1) (Itálico nosso)

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. (Anexo II, linhas 30-37) (Itálico nosso)

Em primeiro lugar, curiosamente, notamos que termos como “operariado”, “trabalhadores”, “massas exploradas” (“oprimidas”), “setores proletarizados” (etc.), além da palavra “luta”, não se encontram grafados no Anexo II, que opta por expressões mais genéricas/abstratas

para se referir à população, esvaziadas de um possível conteúdo classista, tais como “o Brasil” (linha 1), “nosso povo” (linha 9), “povo brasileiro” (vide título, linhas 7, 38, 106).¹⁴ O mesmo se pode averiguar em relação a expressões como “classes dominantes”, “elites”, “patrões” etc., também silenciadas no texto de 2002. Sendo assim, poderíamos cogitar que, no lugar do *ethos* classista de antes, temos agora a construção retórica de um caráter mais *nacionalista* para o partido (“o Brasil”, “defesa do Brasil”, “nosso povo”, “povo brasileiro”), baseado em uma política de coalização e *pacificação* dos conflitos ideológicos.

Além dos termos acima em itálico, atestam essa postura *ethica* (pacificadora/nacionalista/conciliadora) expressões como “autêntica aliança pelo país” (linha 57), a disposição para “dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo” (linha 105), a proposta de construção de “um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos” (linha 119), além do *gran finale* enunciado por Lula: “chamo *todos* os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis” (linhas 156-157) (itálico nosso) .

Contrariamente aos velhos tempos, portanto, o PT, outrora ancorado em uma “autoridade moral e política” de *sindicalistas*, isto é, de defensores históricos da classe trabalhadora (a serviço de uma organização partidária dos oprimidos, independente), assume agora o papel de aglutinador de uma “vasta coalizão” (“suprapartidária”), composta por setores ideologicamente difusos (empresários e trabalhadores, setores de variados matizes ideológicos etc.). Como nos mostram, mais uma vez, os termos em itálico (acima), trata-se de uma postura institucional (ou *ethos*) diametralmente oposta às imagens de si projetadas pelo Anexo I: como ressaltamos (Anexo I, linhas 121-133), o que se rechaçava em 1979 era justamente a crença ilusória na possibilidade de qualquer partido de composição sócio-ideológica heterogênea – no caso, o MDB –, representar verdadeiramente as camadas exploradas. Em 2002, porém, a luta de classes e a exortação a uma organização “à parte” dos trabalhadores, como solução de mudança e bem-estar social, são substituídas pelas ideias patrióticas de “solidariedade”, “fraternidade” e “união” (de “todos”) em prol de “mudanças corajosas e responsáveis”.

¹⁴ A palavra “massas” encontra-se na linha 41, mas associada ao “consumo de massas”, e não a uma classe social laboriosa propriamente dita.

Encaixando-se, ao que parece, no próprio perfil anteriormente combatido, o PT de 2002 também aparenta ostentar, diferentemente de seus primórdios, um conhecimento aprofundado, mas desta vez no plano jurídico-econômico e/ou financeiro-administrativo, o que possivelmente esclarece o significado da expressão “mudanças responsáveis”, referida logo acima. Se antes os jargões predominantes eram aqueles do cientista social, propensos a descrever sócio-politicamente a conjuntura em que se vivia e a situação dos explorados, dentro de um viés acentuadamente classista, a “corporalidade” do enunciador da Carta de 2002, para usar uma terminologia de Maingueneau (2008), já irradiaria uma *expertise* técnica característica dos campos econômico e mercadológico.

Sem entrar em detalhes, notamos isso em diversas e exaustivas expressões próprias dessas esferas, que se interpenetram continuamente na manutenção temática de *tópicos de gestão* ao longo do texto:¹⁵ “voltar a crescer”, “gerar empregos”, “redução de nossa vulnerabilidade externa”, “mercado interno”, “consumo de massas”, “novo contrato social”, “crescimento com estabilidade”, “respeito aos contratos”, “mercado financeiro”, “dívida interna e externa”, “endividamento público”, “nervosismo dos mercados”, “especulação”, “Banco central”, “aplicações financeiras”, “investidores”, “populismo cambial”, “âncora fiscal”, “finanças públicas”, “exportações”, “importações”, “combate à inflação”, “geração de empregos”, “juro alto”, “oscilação cambial”, “dívida pública”, “equilíbrio fiscal”, “superávit primário” etc.

Como se pode notar, o *ethos* aqui projetado, embora não descarte a questão social, se sedimenta substancialmente dentro da competência na área financeira e econômica, possibilitando uma imagem partidária favorável no que tange ao mérito da gestão eficiente, *responsável* e competente. Por um lado, pode-se cogitar, teríamos com tal atitude uma resposta (ou promessa) diante da “crise econômica” e do “nervosismo dos mercados” que abalavam a sociedade brasileira em 2002 (o chamado “Risco Brasil”). Isso porque pairava no ar, como se sabe, uma suposta ameaça de que Lula, com a sua vitória, não honraria os contratos, podendo, assim, arremessar o Brasil em apuros jurídico-institucionais. Mas, por outro lado, essa nova postura *ethica* teria visado, eleitoralmente,

¹⁵ Vide principalmente, mas não apenas, os fragmentos entre as linhas 19-23, 38-41, 56-74, 80-83, 88-96, e praticamente todo o trecho em que Lula fala em primeira pessoa a partir da linha 114 até o final do documento.

construir uma imagem do PT não apenas afeita à competência estrita na área político-social, como rezava a sua reputação (ou *ethos* prévio): precisava-se associar a legenda, também, a uma capacidade de gestão eficiente e responsável. É nesse quadro descrito até agora, caracterizado por uma imagem enunciativa nacionalista, suprapartidária e técnica do ponto de vista econômico-administrativo, que o PT se lança como modelo alternativo à “gestão atual” com a promessa de mudar o Brasil. O comportamento promissivo e oscilante entre ousadia (plano social) e responsabilidade (plano econômico) pode ser constatado, de modo bem representativo, nos seguintes trechos:

o novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de *uma ampla negociação nacional*, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um *novo contrato social*, capaz de assegurar o crescimento *com* estabilidade. (Anexo II, linhas 54-60) (Itálico nosso)

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, *mas* acompanhado do crescimento, da geração de empregos *e* da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. (Anexo II, linhas 117-119) (Itálico nosso)

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico *com* estabilidade *e* responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, *dentro dos marcos institucionais*. Vamos *ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle*. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego *e* por justiça social. (Anexo II, linhas 148-152) (Itálico nosso)

Fica claro aqui, a partir das expressões e conectivos em itálico (“mas”, “com”, “e”), a assunção de um *ethos* conciliador e aglutinador de um “novo contrato social”, capaz de alcançar pretensamente as tão sonhadas/ousadas mudanças sociais (“responsabilidade social”, “geração de emprego”, “distribuição de renda”, “justiça social”), porém (“mas”) “com” estabilidade econômica “e” controle da inflação. É nesse sentido, também, que podemos entender as diversas promessas equilibradas entre a ousadia (plano social) e a responsabilidade (plano econômico), tais como: o “incremento da atividade econômica *com* políticas sociais consistentes

e criativas”, o compromisso com as reformas (“estruturais”) tributária, agrária, previdenciária, trabalhista e urbana (linhas 38-48); a valorização do agronegócio e, a um só tempo, da agricultura familiar (linhas 97-98); a promoção do equilíbrio fiscal e/ou preservação do superávit primário como “meio” para o crescimento e não como “fim” (linhas 131-137). Com tudo isso, emerge a convicção política de que “um Brasil de todos” poderia ser construído apenas com medidas capazes, aparentemente, de agradar a totalidade absoluta das frações da sociedade, plasmadas solidariamente em uma única entidade abstrata: o povo, o Brasil.

Dito isso, podemos ainda afirmar que, além desse *ethos* de conciliação nacionalista (*não-classista*), imbuído de uma competência técnica tanto na área social, quanto, sobretudo, no campo responsável da gestão técnica, econômica e jurídica, o PT se diferencia em 2002, apresentando-nos uma imagem institucional já encarnada na figura emblemática do líder. Esse efeito de personificação do partido é possibilitado, podemos cogitar, seja pela assinatura particular de Lula (e não mais da instituição, como em 1979), seja pela enunciação em primeira pessoa (do singular, principalmente, e do plural):

Como todos os brasileiros, *quero* a verdade completa. *Acredito* que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas. *Estamos* de novo atravessando um cenário semelhante. (Anexo II, linhas 88-93) (Itálico nosso)

Ninguém precisa *me* ensinar a importância do controle da inflação. *Iniciei* minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores. (Anexo II, linhas 114-116) (Itálico nosso)

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. (Anexo II, linhas 135-137) (Itálico nosso)

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que *chamo* todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de

mudanças corajosas e responsáveis. (Anexo II, linhas 155-157)
(Itálico nosso)

A primeira pessoa do plural é oscilante em todo o documento: ora o “nós” inclui, em seu espectro semântico, o enunciador Lula, o PT e os interlocutores – a nação brasileira (“estamos de novo atravessando um cenário semelhante”) –, ora se reserva apenas a Lula e o PT (como na promessa “vamos preservar o superávit primário”). Mas o fato é que Lula se faz presente em todos esses usos e, particularmente, se impõe de forma inequívoca como figura de destaque a partir do “eu” que se aflora em diversos fragmentos. É interessante observar que esse novo *ethos* do PT, personificado na figura do líder (carismático), tem sido denominado, por muitos estudiosos das ciências políticas, como *lulismo*, fenômeno que conta, singelamente, ao lado de outros recursos retóricos, com a assunção generalizada da primeira pessoa em documentos do partido. Não é por acaso que, segundo Ricci (2010, p. 23), o *lulismo*

teve início na campanha de 1994, mas atingiu sua configuração como engenharia política em 2002, quando se arquetetou a campanha presidencial, cristalizando-se com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro, em junho daquele ano. Alterou profundamente o projeto inicial petista, que se orientava por um discurso estratégico afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 1980 que, por sua vez, sustentavam-se na declarada autonomia política e na organização horizontalizada (com prevalência dos mecanismos de democracia direta), cujo discurso assentava-se no anti-institucionalismo e anticapitalismo.

Dessa forma, é possível notar um projeto vertical de poder em vias de se institucionalizar, principalmente com a vitória de Lula nas eleições de 2002, sendo o *lulismo* uma estratégia retórica significativa nesse processo. O PT, assim, funde-se com a imagem de seu principal expoente, a partir de uma via carismática de identificação diante da população como um todo, como se vê nos trechos já assinalados: “*como todos os brasileiros*”, Lula quer a verdade; *com todos os brasileiros* (“nós”), atravessa um cenário de crise e acredita na mudança a partir do esforço e da consciência de todos; o líder sabe ainda, como ninguém (ou melhor, como os mais pobres), dos malefícios da inflação.

Dessa forma, com essa autoridade pessoal (e não mais sindical), um PT encarnado na figura de Lula conclama a nação para se unir ao redor

de um “programa de mudanças corajosas e responsáveis”. Em suma, o apanágio da esperança, como instrumento de mudança, deixaria de ser a organização político-institucional coletiva e “à parte” (o partido, como em 1979), para se cristalizar no indivíduo e em sua epopeia pessoal (a pessoa, como em 2002). Enfim, tecemos até aqui um cenário de variação *ethica* do Partido dos Trabalhadores da Carta de 1979 à Carta de 2002. Mesmo sem ter condições, por questões de limites, de abordar mais detalhadamente os dois documentos, acreditamos termos tido condições de salientar essas mudanças em termos gerais e significativos com o auxílio de alguns elementos linguístico-discursivos. Dessa forma, passamos finalmente às nossas derradeiras reflexões.

4 Considerações finais

Podemos afirmar que mudanças discursivas significativas ocorreram, ao longo dos anos, nas imagens de si do Partido dos Trabalhadores. Em ambos os Anexos analisados, notamos a presença substantiva de um *ethos* engajado, militante e convicto diante dos conteúdos asseverados, em função de asserções sólidas e de ocorrências de mecanismos linguísticos de forte sobrecarga epistêmica e apreciativa. O tom de “promessa” atravessa, com variações de conteúdo, ambos os documentos. Entretanto, as diferenças na postura parecem ser bem maiores no que tange a várias outras questões politicamente relevantes. Em termos gerais, a Carta de 1979 nos apresenta um partido de feição radicalmente classista, desnudando o conflito entre as elites e as massas exploradas (os “de cima” x os “de baixo”). Aproximando-se dos menos favorecidos, repisando a ideia de uma organização independente com o povo trabalhador, o PT se coloca como um partido de massas e como um *instrumento* coletivo de *luta*, no sentido de “acabar com a exploração do homem pelo homem”. Nessa perspectiva, trata-se de um partido sem padrões, assentado em uma representatividade plural/deliberativa/democrática, ou seja, não encarnada, ainda, nesse ou naquele expoente individual de liderança. Notamos assim, com a ajuda de Bobbio (1995), que nesta Carta a postura do PT se enquadra mais prototipicamente (pelo menos) nos ideais básicos da chamada “esquerda”, pois, voltando-se explicitamente contra a *tradição* de exploração do homem pelo homem, encarna a ideia de emancipação e de libertação da classe trabalhadora.

A Carta de 2002, por sua vez, nos apresenta um *ethos* de envergadura nacionalista e de feições pacificadoras: silenciando o conflito entre as classes sociais, colocando em seu lugar uma dialética de modelos de gestão (“atual modelo” x “novo modelo”), o partido constrói para si uma imagem de administrador eficiente, pautada numa vasta erudição em terminologias financeiras/mercadológicas. Em defesa do Brasil, e erigindo-se como um aglutinador de uma vasta coalizão suprapartidária (formada por todas as classes, patrões e empregados), o PT, ao mesmo tempo, assenta o seu caráter na figura emblemática de Lula. Tal personagem, no lugar do partido, passaria a ser o fiador das esperanças de mudança política. Isso, a princípio, vincularia o partido (ou aproximaria) do campo da tradição (nacionalismo, conciliação de classes, personalismo etc.), âmbito prototípico da chamada “direita” (ou “centro”, para alguns). No entanto, não nos cabe aqui produzir categoricamente essa classificação, uma vez que, como vimos, os conceitos de direita e esquerda são relativos e cambiantes historicamente.

Construindo mais uma ponte com o conteúdo da segunda parte deste artigo, restaria saber se tais mudanças *ethicas* foram positivas/necessárias ou se representaram uma “traição” ao povo trabalhador, constituindo, na melhor das hipóteses, um “erro” profundo da legenda ao longo da história. Dito de outra forma, seriam mesmo essas variações discursivas representativas da consolidação da burguesia monopolista no país, a partir de uma governabilidade que teria desarmado as condições políticas, organizativas e de consciência de classe dos trabalhadores? (IASI, 2014b). Teriam, dessa forma, conduzido a esquerda nacional “a uma semidemocracia imobilista, de baixa participação popular direta e com eleições que só se ganha mobilizando, de maneira espúria, a força financeira com seus corruptores de sempre”? (SAFATLE, 2013, p. 14). Ou tais variações *ethicas*, que viam se delineando desde 1994, seriam representativas de uma estratégia nova, necessária e mais flexível de alianças, após três derrotas sucessivas de Lula à presidência do Brasil, partindo-se do pressuposto de que o partido precisaria chegar ao poder para realizar, pelo menos, parte das transformações sociais defendidas historicamente? Nessa perspectiva, teriam sido importantes (positivas) as articulações políticas do PT na conquista do pleito eleitoral de 2002, tendo o “movimento de ida ao centro” credenciado o partido a estabelecer alianças com setores significativos de nossa tradição republicana? (VIANNA, 2006, p. 98).

Optamos, neste trabalho, por deixar tais questões em aberto. Não nos cabe aqui dizer se tais mudanças sóciodiscursivas foram “positivas” ou “negativas”, como muito se discute nas esferas sociais e acadêmicas do Brasil, mas apenas ressaltar *como* as variações *ethicas* do PT realmente se deram, por contraste. Acreditamos que a simples chamada de atenção para os textos analisados (ainda pouco explorados) possui grande valor, não só no sentido de evidenciar que as Ciências da Linguagem (e uma Revista como esta) têm algo a contribuir para as discussões políticas, mas também para reforçar a necessidade de sempre (re)colocar a questão na ordem do dia, devido a sua relevância social naquilo que concerne aos comportamentos discursivos pertinentes às esquerdas em geral e, em particular, ao PT dentro de sua história.

Vivemos, no momento de fechamento deste texto, um período conturbado, em que a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), foi afastada por um processo de *impeachment*, tendo assumido o seu lugar, em 2016, o Vice-Presidente Michel Temer (PMDB). Como se sabe, isso deu vazão a grandes discussões sobre a viabilidade ou não de alianças, por parte da chamada esquerda, com partidos mais ao “centro”, ou até mesmo de “direita”, além de suas possíveis consequências econômicas, sociais e políticas. Dessa forma, acreditamos que o trabalho pode ser pertinente tanto para a compreensão teórica do *ethos* (associado às instituições partidárias), quanto para servir de material para a reflexão sobre comportamentos político-discursivos mais interessantes ao futuro de nosso país.

Declaração de Contribuição de Cada Autor

Declara-se, para os devidos fins, que os dois autores – Melliandro Mendes Galinari e Luciana de Souza Pereira –, contribuíram igualmente na confecção de todas as partes do artigo: desde a feitura, idealização e reformulação da parte teórica, até as análises e reanálises do objeto de investigação, incluindo a escrita e a reescrita conjuntas.

Referências

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3. ed. Paris: Armand Colin, 2010.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FAUSTO, B. *A História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

GALINARI, M. M. Sobre *ethos* e AD: tour teórico, críticas, terminologias. *Revista Delta – Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 51-68, 2012.

GALINARI, M. M. O Funcionamento Retórico-Discursivo dos Índices de Modalização: a construção do *ethos*. In: *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*. PISA/ROMA: Fabrizio Serra Editore, v. XX, p. 85-97, 2018.

IASI, M. L. *O escravo da Casa Grande e o desprezo pela esquerda*. Rio de Janeiro, jun. 2014a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/16/o-escravo-da-casa-grande-e-o-desprezo-pela-esquerda/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IASI, M. L. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. 2014b. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzKxN2hWb2VQSIE/edit?pli=1>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-92.

MATTOSO, J. Dez Anos depois. In: SADER, E. (Org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 115-125.

NEVES, M. H. M. Imprimir marcas na linguagem. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 151-221.

NOBRE, M. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. *As grandes teorias da linguística*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 182-184.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PETIT, P. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: DIAS, M. R.; PÉREZ, J. M. S (Org.). *Antes do vendaval: um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 179-220.

REIS, D. A. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. 2007. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/culturaspoliticass/files/daniel4.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2014.

RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

SADER, E. *Brasil: A Esquerda e o Governo Lula*. São Paulo, maio 2005. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article125237.html>>. Acesso em: 08 set. 2015.

SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

VIANNA, L. W. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ANEXOS

Anexo I - Carta de Princípios (1979)

Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.

1 A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga
2 quanto a própria classe trabalhadora.

3 Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade
4 entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter
5 organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à
6 desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

7 Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à
8 tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de
9 obstáculos se contrapõe a seus esforços.

10 Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem
11 acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre
12 estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do
13 ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e
14 os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira
15 avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas
16 lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população
17 trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

18 Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no
19 aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início
20 das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates
21 mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo,
22 mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das
23 assembleias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

24 Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas
25 reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso,
26 dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem
27 articuladas e eficazes. Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo
28 precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim
29 das estruturas semifascistas que tangem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos
30 os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em
31 que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O
32 governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções
33 destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta
34 impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

35 Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais
36 trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça

37 produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à
38 inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do
39 movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade
40 que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes
41 duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria
42 burguesia.

43 Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo
44 o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto
45 eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

46 É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no
47 bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre,
48 em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque
49 se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

50 Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a
51 sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não
52 conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas.
53 Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas
54 fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador
55 formular e construir ele próprio seu país e seu futuro. Nós, dirigentes sindicais, não
56 pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre
57 os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a
58 tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa
59 autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos
60 trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos
61 insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de
62 lançadores do PT.

63 O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às
64 decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer
65 justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são
66 as verdadeiras classes produtoras do país.

67 É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos
68 pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas,
69 possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política
70 a nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não
71 poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida
72 da Nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos
73 Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando
74 por toda parte os núcleos elementares desse partido.

75 I. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente
76 contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo
77 prazos. Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre
78 marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime
79 autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente
80 promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de

81 vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de
82 trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado
83 e às elites políticas dominantes. Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e
84 mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

85 Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem
86 também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas
87 derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo
88 promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em
89 crise. Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no
90 país e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que
91 controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este
92 momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer,
93 pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim
94 de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa
95 e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do
96 modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.

97 Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a
98 continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro
99 internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se
100 esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política
101 sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

102 O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem
103 com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das
104 Leis do Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidas secretamente? Qual o sentido da
105 diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do
106 espírito que informa essa mesma Lei? Esses e tantos outros fatos indicam que o
107 regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e
108 segmentos políticos opositores, com vista a impedir que as massas exploradas
109 explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, sua
110 concepção de democracia.

111 Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de
112 cima, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as
113 massas trabalhadoras do campo e da cidade.

114 2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas
115 massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem
116 ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos
117 com as lutas populares.

118 Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as
119 limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas
120 populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira
121 participação popular. O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo
122 caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua
123 composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e
124 operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais

125 cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a
126 linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam
127 algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que
128 insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de
129 setores de nossas classes dominantes.

130 Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e
131 direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado
132 recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas
133 exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de
134 parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioli, da lei
135 antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

136 Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o
137 MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato,
138 nos interesses das massas trabalhadoras.

139 Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da
140 população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no
141 interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

142 Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em
143 momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das
144 massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada
145 economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se
146 mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro
147 sujeito e agente de uma democracia efetiva.

148 Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares
149 venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas.
150 O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas
151 interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital
152 monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem
153 conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente
154 parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da
155 vida nacional.

156 3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente,
157 que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas
158 populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas
159 mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das
160 empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o
161 desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

162 O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos
163 trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é
164 participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão
165 esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

166 O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma
167 democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que
168 exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime

169 nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso
170 povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de
171 dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única
172 força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas
173 exploradas do campo e das cidades.

174 O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade
175 que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o
176 processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido,
177 o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se
178 subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das
179 massas exploradas. O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao
180 contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política
181 unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará,
182 inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela
183 liberdade sindical.

184 O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e
185 independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da
186 luta pela independência política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que
187 buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores,
188 baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras
189 vista a uma primordial democracia direta. Ao anunciar que seu objetivo é organizar
190 politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara
191 aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

192 Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas,
193 incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a
194 aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido
195 dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

196 As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam
197 anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas
198 de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do
199 empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido
200 político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciamos
201 suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos
202 demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

203 O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos
204 Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como
205 objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

206 O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao
207 lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros
208 trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-
209 frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de
210 vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

211 O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida
212 diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia

213 sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem
214 de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior.
215 Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos
216 de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as
217 inscrições serão individuais. Como organização política que visa elevar o grau de
218 mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a
219 independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos
220 trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a
221 que se integrem nas discussões:

- 222 • lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- 223 • todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate
224 partidário proposições de quaisquer setores organizados da
225 sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos
226 do PT.

227 O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os
228 interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das
229 correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos
230 Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de
231 trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

232 O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as
233 massas oprimidas do mundo.

234
235

A Comissão Nacional Provisória
1º de Maio de 1979

Anexo II - Carta ao povo brasileiro (2002)

1 O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para
2 conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que
3 tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual
4 ciclo econômico e político.

5 Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu
6 despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus
7 resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que
8 as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

9 Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu
10 e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte
11 comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a
12 insegurança tornaram-se assustadoras.

13 O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o
14 de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho,
15 sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais
16 tarde, um colapso econômico, social e moral.

17 O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do
18 atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto
19 destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é
20 obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país,
21 mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o
22 Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa
23 presença soberana e respeitada no mundo.

24 A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que
25 a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas
26 mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A
27 nitida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de
28 superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do
29 país.

30 A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de
31 um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais
32 enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos
33 dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um
34 projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados
35 com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se
36 ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária,
37 que busca abrir novos horizontes para o país.

38 O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de
39 continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de
40 nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um
41 amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o

42 incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O
43 caminho das reformas estruturais que de fato democratizam e modernizam o país,
44 tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado
45 internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma
46 agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de
47 nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de
48 programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

49 O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual
50 modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica,
51 de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

52 Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e
53 aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos
54 não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de
55 decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por
56 decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que
57 deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de
58 assegurar o crescimento com estabilidade.

59 Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e
60 obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser
61 compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular
62 pela sua superação.

63 À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o
64 que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da
65 economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o
66 país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público
67 acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

68 Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja
69 responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o
70 nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

71 Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia
72 apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o
73 Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que
74 adotaram outras alternativas.

75 Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela
76 prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará
77 sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso
78 compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é
79 pequena.

80 O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram
81 perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos,
82 que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à
83 luz do dia, para pescar em águas turvas.

84 Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou
85 aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as

86 oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o
87 Brasil.

88 Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual
89 governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o
90 governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma
91 informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país
92 estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

93 Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o
94 populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a
95 fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e
96 promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

97 Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o
98 agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os
99 investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser
100 canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

101 Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de
102 promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos
103 países mais ricos às nações em desenvolvimento.

104 Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o
105 PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio
106 governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo
107 brasileiro.

108 Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma
109 sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público
110 tão importante para alavancar o crescimento econômico.

111 Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país
112 recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento
113 sustentável.

114 Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Inicie
115 minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos
116 salários dos trabalhadores.

117 Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à
118 inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição
119 de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

120 A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue
121 um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca
122 e aumento da dívida pública.

123 O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando
124 dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização
125 artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas
126 industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia
127 para aumentar a competitividade da economia.

128 Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma
129 tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo
130 insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

131 A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas
132 um meio.

133 Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas
134 aos nossos credores.

135 Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para
136 impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo
137 de honrar os seus compromissos.

138 Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar
139 com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das
140 contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são
141 um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de
142 sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

143 O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e
144 impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da
145 pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as
146 exportações. Para esse fim, é fundamentar a criação de uma Secretaria Extraordinária
147 de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

148 Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com
149 estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão
150 feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas
151 públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso
152 pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

153 O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as
154 crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas.
155 O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É
156 com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em
157 torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

158
159

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002